

JORNALISMO AMBIENTAL:

TOTALIZAR OS RESÍDUOS

Míriam Santini de Abreu



Miriam Santini de Abreu

Jornalismo Ambiental:

totalizar os resíduos



Florianópolis (SC) - 2025



Textos: Míriam Santini de Abreu

Diagramação: Míriam Santini de Abreu (MTb RS 8077)

Foto de capa: Milton Ostetto (Ato no Sul da Ilha de Santa Catarina, em 2025, contra a verticalização desenfreada)

Impressão: Serial

Edição: Florianópolis, 2025

*Permitida a livre distribuição e cópia desde que cite a fonte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Abreu, Míriam Santini de
Jornalismo ambiental : totalizar os resíduos /
Míriam Santini de Abreu. -- Florianópolis, SC :
Ed. da Autora, 2025.

ISBN 978-65-01-74591-6

1. Comunicação 2. Jornalismo ambiental
3. Meio ambiente - Aspectos sociais 4. Reportagem
I. Título.

25-308816.0

CDD-070

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo 070

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

JORNALISMO AMBIENTAL: TOTALIZAR OS RESÍDUOS	05
A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NO ENSINO DO JORNALISMO	19
JORNALISMO E ESPAÇO: MÉTODO DE REPORTAGEM	27
SOBRE A AUTORA	39

JORNALISMO AMBIENTAL: TOTALIZAR OS RESÍDUOS

A realização no Brasil da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30, no mês de novembro em Belém (PA), não pegou desprevenido o jornalismo especializado na área no país. São décadas de acúmulo teórico, criação de veículos especializados, debates, articulação em rede, produção de importantes coberturas jornalísticas. Pesquisadora do tema desde o final dos anos 1990, vim alinhavando impressões nos últimos anos e concluí que ainda há coisas a dizer sobre o chamado jornalismo ambiental.

Do ponto de vista do jornalismo em geral, este artigo toma o papel da imprensa tradicional/hegemônica como o de manutenção da ordem social e, em contrapartida, o da imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica como o de crítica a esta ordem para a construção de outro modo de organização social. O fato é que as formas de nomear os novos arranjos ou experiências de jornalismo são inúmeras e as pesquisas mostram que a imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica pode, muitas vezes, reproduzir rotinas de trabalho e de fazer jornalísticos semelhantes às da imprensa tradicional/hegemônica.

Mas a imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica tem mais potencial do que a tradicional/hegemônica para, pelo jornalismo, produzir conhecimento capaz de elucidar criticamente a relação entre sociedade e natureza no texto jornalístico, noção que costumo adotar em minhas reflexões sobre o chamado jornalismo ambiental. É nesta perspectiva que o artigo adota, doravante, a expressão jornalismo/

imprensa independente.

As considerações a seguir são voltadas para a imprensa independente especializada no jornalismo ambiental, não cabendo para o jornalismo informativo e opinativo sobre temas ambientais circulando na imprensa tradicional (com mais ou menos elementos característicos do jornalismo ambiental) por esta mover-se pela lógica da notícia como valor de troca, como mercadoria.

O conjunto de profissionais que se identificam com o jornalismo ambiental atua na imprensa tradicional, independente, em assessoria de organizações ambientais, agências de notícias, universidades, institutos de pesquisa, *freelancers*. Toma-se como pressuposto que esses profissionais corroboram, no geral, os princípios do jornalismo ambiental geralmente adotados em pesquisas acadêmicas no país:

Assim, para que uma reportagem seja considerada Jornalismo Ambiental deve apresentar algumas das seguintes características: mostrar uma visão sistêmica dos fatos; dar conta da complexidade dos eventos ambientais; contemplar a diversidade dos saberes e não ser refém de fontes oficiais; defender a biodiversidade e a vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; assumir seu papel educativo, cidadão e transformador. Tais aspectos também podem ser contemplados ao longo de uma série de reportagens (GIRARDI, p. 19-20)

Publicação do ICFJ (*International Center for Journalists*) sobre o jornalismo ambiental na América Latina e no Caribe destaca as seguintes características:

Características del periodismo ambiental.

- Es periodismo de investigación.
- Utiliza la ciencia para explicar problemáticas y fenómenos.
- Fomenta la cultura ecológica.
- Alerta oportunamente a la sociedad sobre las consecuencias de daños ecológicos.

- Documenta iniciativas y proyectos sustentables/ecológicos.
- Tiene riqueza de fuentes de información.
- Señala alternativas y posibles soluciones de un conflicto ecológico.
- Da voz a la naturaleza, los animales, el paisaje.
- Utiliza un lenguaje creativo, informa sin ser aburrido (ICFJ, 2018, p. 6).

Minhas pesquisas se movem pela teoria marxista de jornalismo de Adelmo Genro Filho (1989), que compreende o conhecimento como práxis – uma atividade de mútua produção entre sujeito e objeto – e a realidade social como totalidade. Para construir sua teoria do jornalismo, Genro Filho se alicerça nas categorias filosóficas do singular, particular e universal erigidas por G. Hegel e usadas na teoria de G. Lukács sobre a arte. Sustentando-se nesses autores, Genro Filho acentua que existe uma relação dialética entre as três categorias (singular, particular e universal). Cada um dos conceitos expressa as diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si as demais.

O aparecimento histórico do jornalismo, para o autor, “[...] implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 160). Em termos mais concretos, o aspecto central do jornalismo como gênero de conhecimento é “(...) a apropriação do real pela via da *singularidade*, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (GENRO FILHO, 1989, p. 58, com grifo no original).

Um aspecto fundamental da teoria de Genro Filho é a relação que ela tem com a emergência do novo e a possibilidade que o jornalismo tem de apreendê-lo na linguagem articulando fatos singulares (únicos, irrepetíveis) às dimensões filosóficas do particular e do universal, aspirando à totalidade. Na discussão sobre os fenômenos e acontecimentos que povoam o cotidiano, o autor ressalta que ambos “(...) precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se

superpõem para que possamos manter uma determinada ‘abertura de sentido’ em relação a sua significação” (GENRO FILHO, 1989, p. 36). No jornalismo, isso implica perceber o novo na vida social e estar atento à sua irrupção na vida cotidiana.

Por isso, tenho trabalhado, como já dito, a relação entre sociedade e natureza no texto jornalístico em sua totalidade, no entendimento de que tal relação deve ser intrínseca ao jornalismo de crítica da vida cotidiana e a serviço da desalienação e da emancipação humana, independentemente de editoriais e especializações.

Mas, à medida que se consolida como especialização, o jornalismo ambiental se expressa no fazer jornalístico na imprensa (tradicional e independente) e no fazer acadêmico (cursos, disciplinas, pesquisas, projetos, editais, livros, eventos), uma alimentando-se da outra. A observação e análise das duas vertentes, no campo do jornalismo ambiental brasileiro na imprensa independente, permitem as observações a seguir:

1 – Perspectiva anticapitalista

O jornalismo ambiental brasileiro precisa se mover na perspectiva anticapitalista como horizonte de atuação. Ainda que parte dos jornalistas ambientais também se assumam como militantes ambientalistas, a cobertura jornalística no geral caminha mais pelo ambientalismo crítico do que pelo ecossocialismo. Tomando a imprensa como instrumento de um projeto político, a falta também deriva da realidade do campo político-partidário brasileiro, em que a perspectiva anticapitalista é minoritária e, quando explicitada, necessariamente não tem a relação entre sociedade e natureza como pauta prioritária; se tem, é uma pauta muitas vezes alinhada com soluções capitalistas, como a aposta no mercado de carbono, ou afirmada em discursos genéricos como o da sustentabilidade.

Sem essa perspectiva, contra o quê e em que termos luta e se posiciona o jornalismo ambiental brasileiro? O impasse pode ser melhor compreendido no debate, por exemplo, sobre a transição energética.

Essa transição, afirma Barreto (2018; 2024), é impossível nos marcos da sociedade capitalista, que produz necessariamente a tragédia ambiental contemporânea.

A cobertura jornalística das mudanças climáticas e desastres climáticos, atualmente já constituindo mais um nicho acadêmico e de atuação profissional, o chamado jornalismo climático, tem estreita relação com a transição energética, e é certo que pautas com e sem perspectiva anticapitalista levam a rumos diferentes de abordagens e fontes. Há então que, no jornalismo ambiental, desmontar a naturalização do capital e seus limites de estratégias para redução de impactos e de adaptação às mudanças climáticas e priorizar abordagens e fontes na perspectiva apontada pelo autor, de “radical subversão da lógica do capital e de todo o ordenamento social que a ela corresponde” (BARRETO, 2018, p. 20). Barreto assinala que o projeto de uma nova sociedade deve vir acompanhado de uma reconfiguração maciça da estrutura produtiva e dos hábitos de consumo, definida e hierarquizada segundo critérios coletivamente estabelecidos (2018, p. 213), sendo esses, portanto, dois potenciais caminhos para a produção de pautas e coberturas jornalísticas.

2 – Jornalismo de classe

A perspectiva anticapitalista deve estar amarrada a outra, a de classe, na senda da crítica de Guimarães (2015). A partir da perspectiva gramsciana, a autora critica o jornalismo hegemônico e aponta caminhos para o contra-hegemônico, erodindo as bases de sustentação do moderno jornalismo para mostrar como o jornalismo contra-hegemônico pode constituir uma prática efetivamente a serviço da emancipação humana. Para o enfrentamento da hegemonia no campo da imprensa, Guimarães sugere ao jornalismo que se pretende contra-hegemônico um deslocamento necessário na *função* do jornalismo: 1) do esclarecimento para a construção da *consciência*, e 2) da mudança do *sujeito* para quem essa prática deve se voltar, movendo-se do indivíduo para a *classe* (2015, p. 231).

A função contra-hegemônica possível de ser exercida por uma imprensa que se quer alternativa é o esforço de fazer aflorarem as contradições, desvelar a ideologia, expor aquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido. É um movimento de dar unidade e coerência ao que, no jornalismo hegemônico, aparece fragmentado e caótico, enfrentando assim a heterogeneidade própria do cotidiano. Portanto, não basta a denúncia da manipulação promovida pela comunicação hegemônica. Há que desvendá-la por dentro da lógica de sua narrativa.

O jornalismo contra-hegemônico tem então a função primordial de pensar a realidade em sua totalidade, no esforço “(...) de *desideologização*, de *desvelamento*, daquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido” (GUIMARÃES, 2015, p. 23, com grifos no original). A ideologia, afirma Silva, “(...) é, fundamental e essencialmente, um modo de ver a realidade social que não contempla senão a aparência dos processos, seu modo de manifestar-se exteriormente, e oculta – sabendo-o ou não – o caráter profundo, estrutural do processo” (SILVA, 1971, p. 64).

É necessário, portanto, que esse caráter estrutural do processo, no caso da luta ambiental, seja continuamente enunciado pelo jornalismo ambiental, sem filtros, com a maior precisão e rigor possíveis, no caminho do papel que Barreto atribui aos ecossocialistas (BARRETO, 2025, p. 114).

É um jornalismo que deve caminhar na concepção filosófica de Enrique Dussel, criador da Filosofia da Libertação, que inspirou a proposta de jornalismo libertador, conceito apresentado por Tavares (2004), pelo qual o foco do jornalismo volta-se para a comunidade das vítimas do sistema, tal qual propõe Dussel. A narrativa deve ser cristalizada no singular, evocando o universal, mas priorizando dar visibilidade à vida do oprimido, saindo assim de uma forma de praticar jornalismo que se alimenta apenas ou prioritariamente de fontes oficiais. O jornalismo, afirma Tavares (2004, p. 24), é serviço público, e só podem existir dois tipos de jornalismo: o que serve a uma minoria dominante (moral de dominação) e o que serve aos oprimidos, maioria

da população (ética da libertação).

3 – Projeto cooperativo nacional e internacional

Com o papel estratégico do Brasil no cenário latino-americano e caribenho, cabe ao jornalismo ambiental brasileiro avançar na construção de um projeto cooperativo nacional e internacional. Pautas comuns não faltam: a Amazônia se estende por nove países; o Aquífero Guarani, por quatro; uso de agrotóxicos; poluição do ar e da água; devastação de florestas. De tão ou maior importância seria mapear e visibilizar os movimentos de resistência/insurgência no continente.

A imprensa tradicional/hegemônica faz pouco e mal esta cobertura, além de criminalizar a luta social, como é caso da luta por terra. Para além da discussão de nichos conceituais (jornalismo ambiental, jornalismo climático, comunicação ecoterritorial), muitas vezes de definição imprecisa e cabível a outras especializações jornalísticas, o caminho é consolidar parcerias que potencializem a difusão de coberturas jornalísticas importantes.

Na disputa global por recursos de toda ordem, o jornalismo contra-hegemônico ganha ao se mover por um pensamento estratégico firmado no princípio da soberania e em uma visão de futuro do longo prazo, direção apontada por Bruckmann (2012, p. 23).

Isso coloca em centralidade a terra, em sua fecundidade natural, gerando materialmente a riqueza fundamental, o “valor de uso” primigênio, primeiro, como diz Dussel. Sem as chamadas coisas “naturais”, o homem não poderia realizar nenhum trabalho. Finalmente, todo trabalho é transformação (mudar a *forma*) desta matéria parida pela terra (DUSSEL, 1986, p. 215).

4 – Ensino do saber que importa

Dois fatos se entrecruzam no debate sobre o ensino do jornalismo. O primeiro é que, com o fim da exigência do diploma para o exercício profissional, pessoas com formação em diferentes áreas estão produ-

zindo notícias e reportagens (jornalismo informativo). Antes do fim do diploma, a situação era mais comum na produção de artigos e colunas (jornalismo opinativo). Olhares de diferentes disciplinas são importantes, mas há o risco de a produção jornalística informativa, com toda a sua riqueza conceitual e técnica (entrevista, narração, descrição) perder espaço para a produção opinativa, na qual predomina a análise e não o corpo a corpo com a vida, título de um clássico ensaio de João Antônio sobre o jornalismo.

O segundo fato é que mesmo a graduação em jornalismo não garante a formação necessária para compreender e narrar a problemática relação entre sociedade e natureza, e a crítica não cabe apenas ao jornalismo. A clássica obra de Álvaro Vieira Pinto “A questão da universidade” destaca o papel da universidade como porta de entrada na compreensão do processo geral da nossa realidade. Mas tanto na década de 1960, quando o livro foi escrito, quanto na atualidade, “... a universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país” (1994, p. 19).

O autor afirma que a classe dominante solicita da universidade acima de tudo ideias que justifiquem seu poderio (p. 25), funcionando como anteparo destinado a ocultar a realidade do país à sua própria consciência (p. 35), um “templo” que não sabe o saber que importa (p. 43).

Reflito sobre a obra de Vieira Pinto à luz da crítica de Barreto à economia das mudanças climáticas, que traz considerações importantes para refletir sobre o ensino e a prática do jornalismo na relação entre sociedade e natureza. Segundo o autor, as respostas do pensamento econômico e das políticas climáticas são “extensamente mapeadas, não por encontrarmos nelas reflexões fecundas, mas por encontrarmos ali as formas dominantes nas quais a humanidade vem se mobilizando diante do desafio” (BARRETO, 2018, p. 19).

As formas dominantes vêm na esteira da naturalização do capital e cabe, a quem ensina jornalismo, desnaturalizar, elucidar essa lógica em qualquer disciplina. Mas o ensino do jornalismo, também vitimado pelo

parcelamento da ciência e na linha da crítica de Vieira Pinto, de modo geral não está comprometido com uma educação totalizante e com o saber que importa. O ensino das técnicas predomina, assim como as exigências, sempre voláteis, do mercado. O Ministério da Educação (MEC) divulgou em setembro de 2025 que o número de alunos em graduação à distância passou, pela primeira vez, o de cursos presenciais. Este é mais um elemento a ser levado em conta na reflexão sobre o distanciamento da universidade da vida social e, cada vez mais, da vida do estudante em sua completude, inclusive física.

Bakhtin (1990), ao analisar a obra do escritor F. Rabelais, diz que um dos motivos de sua força estava no fato de o autor sair das vizinhanças habituais e construir vizinhanças inesperadas. Ao ensino do jornalismo cabe fazer o mesmo, sair das vizinhanças habituais e procurar vizinhanças inesperadas, ou seja, contribuições de outras áreas de conhecimento. O parcelamento das ciências fragmenta o cotidiano, impedindo que ele seja compreendido em sua totalidade. O ensino do jornalismo, ao abrir mão de seu potencial crítico, faz o mesmo.

5— O papel do cotidiano

O jornalismo ambiental cerca para si um conjunto de temas, mas rotular pode fazer crescer o risco de deixar abordagens importantes de fora. Em 2021, um grupo de cientistas publicou artigo no *International Journal of Disaster Risk Reduction* (LIZARRALDE et al, 2021) explorando como cidadãos e líderes explicaram os desastres climáticos na América Latina e no Caribe e se os relacionaram às mudanças climáticas. Eles encontraram cinco narrativas diferentes, incluindo uma em que os cidadãos acreditam que as mudanças climáticas são uma “condição que distrai autoridades e pessoas de outros desafios diários imediatos, como violência, criminalidade, desemprego, insegurança alimentar e falta de infraestrutura”.

Em um dos lugares pesquisados, Salgar (Colômbia), uma cidade nas montanhas da região de Antioquia, moradores que vivem em ambientes informais disseram estar mais preocupados com as lutas diá-

as, como desemprego, violência, criminalidade e insegurança alimentar, do que com os efeitos das mudanças climáticas. Muitos deles argumentaram que os efeitos climáticos tendem a ocorrer apenas em países ricos. No entanto, eles se mostraram preocupados com os problemas ambientais locais. É o cotidiano se insurgindo contra as limitações da pauta ambiental.

No senso comum, cotidiano é o que ocorre todos os dias, o banal, o corriqueiro, o repetitivo. Mas nele também nasce a ruptura, a possibilidade de transformação social. A tensão constante entre repetição/transformação faz do cotidiano uma categoria de longa tradição em diferentes correntes sociológicas. Em minha tese de doutorado, desenvolvo a tradição marxista e mostro como o jornalismo de crítica do cotidiano elucida a experiência vivida no espaço, sendo este o caminho para ampliar a cobertura dos temas da chamada questão (e sua pauta) ambiental (ABREU, 2019).

6- Jornalismo ambiental: totalizar os resíduos

Para dar um rumo apropriado ao que foi desenvolvido até agora, a síntese é esta: o papel do jornalismo ambiental é totalizar os resíduos, concepção que trago da obra de H. Lefebvre. Ele dá o nome de poíesis a toda a atividade humana que “(...) se *apropria* da ‘natureza’ (*physis*) em torno do ser humano e *nele* (sua própria *natureza*: sentidos, sensibilidade e sensorialidade, necessidades e desejos, etc.)” (LEFEBVRE, 1967, p. 64, com grifos no original). É, portanto, criadora de obras: “Compreende fundações, decisões de consequências ilimitadas, embora às vezes despercebidas durante longos períodos” (LEFEBVRE, 1967, p. 64-5).

Para Lefebvre, a poíesis parte do residual, do que ele denomina *resíduo*. O autor afirma que cada atividade que se autonomiza tende a constituir-se em sistema, em “mundo”, o qual acaba por expulsar, indicar, o resíduo. O resíduo é o que escapa, o que resiste, e de onde pode partir uma resistência efetiva e prática (LEFEBVRE, 1967, p. 68 e 373). A religião, como poder, constitui como resíduo a vitalidade

(natural, carnal); a filosofia constitui como resíduo o não-filosófico (o cotidiano, o lúdico). E assim continua: o político, a vida privada; a burocracia, o individual; a significação (signo, significante, significado), o insignificante. Para Lefebvre, é preciso “(...) detectar os resíduos – neles apostar – mostrar neles a preciosa essência – reuni-los – organizar suas revoltas e totalizá-los. Cada resíduo é um irredutível a apreender novamente” (LEFEBVRE, 1967, p. 375-6).

À *poiésis* cabe então reunir os resíduos depositados pelos sistemas que tentam acuí-los e exterminá-los: “Promover um resíduo, mostrar sua essência (e seu caráter essencial), contra o poder que o oprime e o patenteia tentando oprimi-lo, é uma revolta. Reunir os resíduos é um pensamento revolucionário, um pensamento-ação” (LEFEBVRE, 1967, p. 376). Apostar neles “(...) por um ato *poiético* inaugural, reuni-los em seguida na práxis, erguê-los contra os sistemas e as formas adquiridas, tirar deles novas formas, é o grande desafio” (LEFEBVRE, 1967, p. 378). Essa aposta comporta, diz o autor, a ideia de que nada é eterno nem completamente durável:

Não apenas os resíduos são o mais precioso, mas roem, destroem por dentro, fazem explodir os sistemas que querem absorvê-los. Nesse sentido, a *poiésis*, que deles se apodera, deve revelar-se criadora de objetos, de atos e, mais geralmente, de situações (LEFEBVRE, 1967, p. 377). [Com grifo no original]

Uma revolução, dizia Lefebvre, para realizar todo seu potencial, precisa gerar efeitos na vida cotidiana, na linguagem e no espaço. Para isso, ele reclamava uma invenção, uma *poiésis*, uma fala criadora, que limitasse as “pretensões ilimitadas da mercadoria” e do seu mundo (o dinheiro) e também não as substituísse “(...) por sujeições ‘superiores’ e pelos valores da moral e da política” (LEFEBVRE, 1966, p. 337).

O jornalismo que se propõe a fazer a cobertura crítica da relação sociedade-natureza deve estar então a serviço do conjunto de resíduos, tomados como insignificantes pela filosofia, como assinala Lefeb-

vre, como conjunto do pseudo-nada, do Não-Valor, daquilo que não tem mais valor: “(...) o cotidiano, a palavra incerta, a situação equívoca, a ambiguidade” (LEFEBVRE, 1967, p. 377).

Há, na vida cotidiana, um conjunto de resíduos continuamente acosados pelos sistemas de poder por neles germinarem alternativas que confrontam esses sistemas. Na sociedade atual, o cotidiano é cuidadosamente programado e assim se mantém por coações e opressões de todo o tipo, e as insurgências, o não programado, o impossível de controlar, são duramente combatidos. Nessa perspectiva, reunir os resíduos e neles apostar é um pensamento revolucionário, um pensamento-ação, como diz Lefebvre, e nisso o jornalismo tem um papel fundamental.

O jornalismo ambiental precisa estar a serviço da elevação da consciência, ser “uma forma de fustigar a brasa insurrecional”, como afirma Barreto ao se referir aos esforços necessários por parte dos ecossocialistas, que devem investir em formação, denúncia e agitação, radicalizando as pessoas em luta: “Fazê-lo de maneira intencional e *metódica*, não de maneira entregue ao acaso ou à esperança de uma elevação geral espontânea de consciência da classe” (BARRETO, 2024, p. 117, com grifo no original). A formulação é perfeita também para o jornalismo que se põe a serviço da emancipação humana.

Referências

ABREU, Míriam Santini de (2019). **Espaço e cotidiano no jornalismo**: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis. (Tese de Doutorado). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC). Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0134-T.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

ANTÔNIO, João. **Malhação do Judas carioca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance (Ensaio de poética histórica). In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de**

literatura e de estética (a teoria do romance). São Paulo: Unesp; Hucitec, 1990, 2ª ed., pags. 211 a 362

BARRETO, Eduardo Sá. **O capital na estufa**: para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BARRETO, Eduardo Sá. **Pequeno guia para a crítica ecossocialista do capitalismo**. Marília (SP); Lutas Anticapital, 2024.

BRUCKMANN, Mônica. **Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana**. Lima (Peru): Instituto de Investigaciones Sociales Perumundo; Fondo Editorial J.C. Mariátegui, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Ética comunitária**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo, Porto Alegre: Tchê, 1989.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. **Jornalismo ambiental**: teoria e prática. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: <https://jornalismoemioambiente.com/wp-content/uploads/2018/09/jornalismo-ambiental-teoria-e-pratica2.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ICFJ. **Periodismo Ambiental em América Latina y el Caribe**: Botiquín de Superación. 2019.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes**: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A linguagem e a sociedade**. Lisboa: Ulisseia, 1966.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**: prolegômenos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LIZARRALDE, Gonzalo et al. Does climate change cause disasters? How citizens, academics, and leaders explain climate-related risk and disasters in Latin America and the Caribbean. **International Journal of Disaster Risk Reduction**. Volume 58, maio 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212420921001394>. Acesso em: 10 set. 2025.

NOROEFÉ, Vitor Hugo. Geógrafa critica privilégios da discussão

ambiental. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://sosriosdobrasil.blogspot.com/2014/06/criticas-serias-da-geografia-maria.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, Ludovico. **Teoria y practica de la ideologia**. México: Editorial Nuestro Tiempo. 1971.

TAVARES, Elaine. **Jornalismo nas margens**: uma reflexão sobre a comunicação em comunidades empobrecidas. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004.

A relação sociedade-natureza no ensino do jornalismo

A crise climática visibiliza de modo contundente a relação entre sociedade e natureza sob a atual fase do modo de produção capitalista. Fenômenos como enchentes e secas cada vez mais frequentes e intensos são expressões desta realidade e recebem cobertura jornalística episódica em Santa Catarina. A preocupação deste artigo é apresentar caminhos para o ensino do jornalismo no estado abrir-se a esta realidade e à complexa formação socioespacial catarinense e a partir dela incorporar (adicionar algo novo a determinado ser ou corpo, conjunto ou realidade) o cotidiano e o espaço (como produto social) na totalidade do curso e na formação integral do estudante.

Poderia se advogar a necessidade de os cursos oferecerem disciplinas como jornalismo ambiental, especialização jornalística consolidada no Brasil no último quarto do século XX. Mas iniciativas nesta direção em Santa Catarina revelam-se episódicas e ineficazes para enriquecer, com os estudantes, a experiência do corpo no espaço e no cotidiano. São iniciativas que exibem magros resultados no ensino, na pesquisa e na extensão e morrem pouco a pouco no curso dos semestres. Há que investigar até que ponto esta constatação se reflete na cobertura jornalística, por sua vez mediada pelos interesses empresariais, visto que, da década de 1980 para cá, foram diminuindo as iniciativas de cadernos, editoriais ou mesmo coberturas mais abrangentes com pauta ambiental no estado.

Para apresentar dados, realizou-se investigação específica sobre as pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e nos

repositórios institucionais das universidades públicas (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC) e do Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), a partir do termo “jornalismo ambiental”. Cabe citar que nem todos os repositórios das universidades comunitárias (Sistema Acafe) são abertos para não-membros da comunidade acadêmica e nem apresentam a totalidade dos trabalhos produzidos por aquelas universidades.

Para ampliar o conjunto de materiais, recorreu-se às referências bibliográficas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações, artigos e livros encontrados sobre o tema. A partir daí, organizou-se repositório de pesquisas na perspectiva do Estado da Arte e o Estado do Conhecimento, para “rever caminhos percorridos, portanto possíveis de serem mais uma vez visitados por novas pesquisas, de modo a favorecer a sistematização, a organização e o acesso às produções científicas e à democratização do conhecimento (SILVA et al, 2020, p.2). As pesquisas encontradas estão disponíveis em https://jornalismoambientalsc.blogspot.com/p/pesquisas_99.html.

O levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, realizado em agosto de 2025, com o termo “Jornalismo ambiental” apresentou 194 resultados. Refinados por Instituição, especificamente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Regional de Blumenau (FURB) – as duas únicas de Santa Catarina relacionadas –, o resultado baixou para 10. A leitura do material, porém, mostrou que apenas 4 tinham relação com o termo pesquisado, todas elas dissertações de mestrado.

A ampliação da busca, conforme os critérios já indicados, revelou a existência de 7 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), 6 dissertações (inclusive as 4 já mencionadas), 11 artigos e 2 livros. A mais antiga pesquisa localizada foi dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, em 2004, analisando o discurso jornalístico sobre o desenvolvimento sustentável em dois veículos impressos, a qual foi publicada em livro em 2006. A mais

recente, de 2024, foi outra dissertação de mestrado com ênfase nos direitos humanos e da natureza sob a perspectiva de dois grupos de mídia de Santa Catarina, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC.

Na análise dos materiais, percebe-se que a revisão bibliográfica das pesquisas traz o conhecimento do jornalismo em geral e do jornalismo ambiental em particular, mas as pesquisas, independentemente da orientação teórico-metodológica e dos objetos empíricos, em geral não dialogam com trabalhos anteriores, ainda que poucos, produzidos no estado. A mais recente pesquisa encontrada, da jornalista Camila Collato, dialoga com trabalhos anteriores e conclui o seguinte em relação à cobertura dos jornais *A Notícia* (AN), *Diário Catarinense* (DC) e *Jornal de Santa Catarina* (JSC), no período de 2014 a 2018: a) a cobertura privilegia uma constituição antropocêntrica de sentidos, apoiando-se em uma base científica moderna em relação ao meio ambiente, sendo este abordado majoritariamente por meio do dualismo humano x Natureza; b) é fragmentária, ao apresentar uma baixa interlocução entre áreas de conhecimento e saberes e; c) por vezes, é fatalista, ao furtar-se do papel de fomentador de um debate público crítico sobre responsabilidades e possíveis soluções diante dos problemas ambientais enfrentados pela população.

É uma pesquisa importante por apontar as limitações da cobertura jornalística sobre a relação sociedade-natureza em Santa Catarina. Destaca-se que, nos anos de 1978 e 1979, havia duas páginas inteiras dedicadas ao meio ambiente no *Jornal de Santa Catarina*, publicadas no final de semana com edição do jornalista blumenauense Moacir Loth em parceria com a Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena), fundada em 1973. Provavelmente trata-se de uma das primeiras iniciativas no país de uma editoria dedicada exclusivamente ao meio ambiente. Segundo Loth (2023), essa editoria alçou, involuntariamente, o *Jornal de Santa Catarina* na vanguarda do que seria mais tarde conhecido como jornalismo ambiental.

Atualmente, no estado, o site do jornal *O Blumenauense* tem uma aba específica denominada Meio Ambiente dentro do link Geral. A

primeira notícia é datada de 11 de outubro de 2013. São, portanto, 12 anos de cobertura. A *Folha Metropolitana*, de Joinville, também exibe, no menu do site, o link Meio Ambiente. A primeira notícia com a cartola MEIO AMBIENTE é datada de 28 de julho de 2022. São iniciativas que merecem pesquisas específicas sobre conteúdos e discursos, sendo uma delas a de Vieira (2021), que, em Trabalho de Conclusão de Curso, analisa as práticas de jornalismo ambiental nos portais de notícia de Blumenau e região.

A pouca quantidade de pesquisas e veículos encontrados é incompatível com a realidade socioespacial diversa de Santa Catarina e a necessidade de um jornalismo que a interprete. O geógrafo Armen Mamigonian (2003) afirma que, no decorrer do processo histórico, delinear-se em Santa Catarina três regiões industriais importantes identificadas como a região alemã, o Oeste agroindustrial e a região carbonífero-cerâmica do Sul. Cada uma dessas regiões lida com impactos ambientais comuns, como o desmatamento e a poluição do solo e da água, mas singulares na forma como se expressam no cotidiano da população. Porém, o jornalismo catarinense não tem abordado tão complexa realidade e parte expressiva das pesquisas científicas localizadas também não leva em conta essas particularidades socioespaciais.

O caminho, para além da oferta de disciplinas eventuais, é levar o estudante a experimentar o cotidiano e o espaço (como produto social) na totalidade do curso. Cotidiano e espaço são aqui tratados na perspectiva marxista, na linha teoria de G. Lukács (1966) e H. Lefebvre (2013). No senso comum, cotidiano é o que ocorre todos os dias, o banal, o corriqueiro, o repetitivo. Mas nele também nasce a ruptura, a possibilidade de transformação social. O novo, afinal, emerge no cotidiano, e é no espaço que este cotidiano, em sua riqueza e miséria, se realiza. As transformações pelas quais passa o jornalismo como fazer profissional e também como negócio, porém, estão afastando o estudante e o jornalista do cotidiano e da experiência vivida no espaço.

A proposição-chave para compreender o espaço lefebvriano assim se coloca: o espaço (social) é um produto (social). Cada socieda-

de produz seu espaço no processo histórico da produção social, e assim o espaço e o tempo são históricos. O espaço serve tanto de instrumento do pensamento como da ação e, simultaneamente, constitui um meio de produção, um meio de controle e, em consequência, um meio de dominação e de poder (LEFEBVRE, 2013, p. 86). De igual modo, na obra do autor, a explicação de como o espaço é produzido se dá pela interconexão de três dimensões ou três níveis do real: o percebido, o concebido e o vivido, articulados, respectivamente, às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação (LEFEBVRE, 2013, p. 97). A compreensão desta tríade conceitual percebido-concebido-vivido pode permitir ao estudante movimentar-se no espaço de modo crítico, aspirando, na produção jornalística, à interpretação do fato em sua totalidade, na linha teórica do jornalismo como forma de conhecimento cristalizada no singular (GENRO FILHO, 1989), relação desenvolvida em Abreu (2019).

Para isso, o caminho, no ensino, na pesquisa e na extensão, é constituir possibilidades de experiências na perspectiva de Heidegger, como algo que nos acontece, nos alcança, se apodera de nós, nos tomba e nos transforma: “Cuando hablamos de «hacer» una experiencia, esto no significa precisamente que nosotros la hagamos acaecer; hacer significa aquí: sufrir, padecer, tomar lo que nos alcanza receptivamente, aceptar, en la medida en que nos sometemos a ello. Algo se hace, adviene, tiene lugar (1987, p. 143).

Bondía (2002) assinala que a experiência é cada vez mais rara pelo excesso de informação, pelo excesso de opinião, por falta de tempo e por excesso de trabalho. A experiência requer um gesto de interrupção quase impossível no tempo presente, mas é por ela que passa, diz o citado autor, a “abertura para o desconhecido” (BONDÍA, 2002, p. 19). Essa abertura para o desconhecido, o singular, o novo no cotidiano e no espaço é imprescindível para renovar o jornalismo. No ensino, na pesquisa e na extensão, um dos caminhos possíveis é sair da sala de aula e experimentar a rua, a chamada periferia, os lugares de expressão do conflito e da festa, como as caminhadas peripatéticas em percursos urbanos descritas em Peres. O autor afirma que a experiência

pelo corpo, e não somente letrada, é vida pulsante, conhecimento vivido que deixará marcas indeléveis no estudante para além da academia: “(...) é totalidade que vai se formando e que somente ele pode vivenciar e passar adiante, como um marinheiro que viajou muitos mares e só a partir daí, para além da cartografia científica e ensinada por fontes secundárias e laboratoriais, começa a compreender o mundo como é construído” (PERES, 2019).

Para este movimento, é imprescindível que o estudante, já nas fases iniciais, conheça a realidade socioespacial do estado, do país, do mundo sob a globalização e seus impactos sociais e ambientais e possa se posicionar de forma crítica, para além da mera soma de informações sem conexão entre si que muitas vezes caracteriza o ensino fundamental e o médio (1). É uma articulação do ensino, pesquisa e extensão nos cursos de jornalismo que se apropria das três dimensões que o estudante e o jornalista devem explorar para o espaço se fazer presença no texto em sua totalidade, na perspectiva de H. Lefebvre: a prática social (percebido), o conhecimento/pensamento (concebido) e a prática criadora (vivido), elucidando assim, no fazer jornalístico, a experiência vivida no espaço.

Referências

ABREU, Míriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PJOR0134-T.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2002, n.19, pp.20-28. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782002000100003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 set. 2025.

COLLATO, Camila. **Jornalismo ambiental em Santa Catarina:** direitos humanos e da natureza sob a perspectiva dos grupos RBS e NC. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254439>. Acesso em: 12 set. 2025.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo, Porto Alegre: Tchê, 1989.

HEIDEGGER, Martin. La esencia del habla. In: **De camino al habla**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Espanha: Capitán Swing, 2013.

LOTH, Moacir. A cobertura de meio ambiente no Jornal de Santa Catarina. In: ROSA, Edson et al. **Território e texto:** jornalismo ambiental em Santa Catarina. Florianópolis (SC): Pobres & Nojentas; Letra Editorial, 2023, p. 89-90. Disponível em: <https://jornalismoambientalsc.blogspot.com/p/livro-territorio-e-texto-jornalismo.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

LUKÁCS, Georg. **Estética I:** la peculiaridad de lo estético. Barcelona, México: Edições Grijalbo, 1966.

MAMIGONIAN, A. **Projeto integrado de pesquisa:** Santa Catarina – sociedade e natureza. Relatório final de pesquisa. Florianópolis, 2003.

PERES, Lino Fernando Bragança. **Percursos urbanos:** caminhar para desvendar a cidade. Disponível em: <http://professorlinoperes.com.br/pagina/1019/percursos-urbanos-caminhar-para-desvendar-a->. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, Anne Patricia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de e VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**. Porto Alegre [online]. 2020, vol.43, n.3. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822020000300005&script=sci_abstract. Acesso em: 12 set. 2025.

VIEIRA, V. P. **Meio ambiente em pauta:** uma análise sobre as prá-

ticas de jornalismo ambiental nos portais de notícia de Blumenau e região. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Jornalismo, Universidade Regional de Blumenau, FURB, Blumenau, 2021. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/MO/2021/368395_1_1.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

Nota

1 - Uma atividade nesta linha foi o minicurso “Etnografia na Antropologia e Apuração no Jornalismo: Tempos, Métodos e Experiências de Interpretação do Espaço Urbano” oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC em novembro de 2022. O minicurso teve dois momentos: aulas teóricas e saída de campo na Avenida Hercílio Luz, no Centro de Florianópolis. Na sequência, cinco participantes toparam a proposta de escrever sobre a experiência e as reflexões dela decorrentes, compondo uma publicação com quatro textos. Disponível em: <https://ppgas.paginas.ufsc.br/files/2023/01/Etnografia-Jornalismo.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

JORNALISMO E ESPAÇO: MÉTODO DE REPORTAGEM

Este ensaio aponta elementos para um método de reportagem capaz de permitir ao jornalismo e aos jornalistas se situarem no espaço e no texto. Ele nasceu a partir da leitura de Adelmo Genro Filho, pesquisador e professor brasileiro criador de uma teoria marxista do jornalismo, e da obra de Henri Lefebvre, ambas enlaçadas em minha tese sobre o espaço no jornalismo (ABREU, 2019). O enlace deixou uma ponta solta aqui explorada, a ideia de o método regressivo-progressivo de Lefebvre contribuir para a construção de um método na reportagem capaz de alcançar, de forma crítica, as temporalidades e espacialidades com as quais os jornalistas lidam na cobertura jornalística do e no espaço.

O espaço é aqui pensado a partir da proposição-chave de Lefebvre, para quem o espaço (social) é um produto (social). Cada sociedade produz seu espaço no processo histórico da produção social, e assim o espaço e o tempo são históricos. O espaço é a inscrição no mundo de um tempo (LEFEBVRE, 1978, p. 211). Ele serve tanto de instrumento do pensamento como da ação e, simultaneamente, constitui um meio de produção, um meio de controle e, em consequência, um meio de dominação e de poder (LEFEBVRE, 2013, p. 86): “Em consequência, esse meio de produção, produzido como tal, não pode ser separado das forças produtivas, incluindo a técnica e o conhecimento, nem separado da divisão social do trabalho, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e as superestruturas da sociedade” (LEFEB-

VRE, 2013, p. 141).

Sem desconsiderar a totalidade e complexidade da obra de Lefebvre sobre a produção do espaço, o urbano e a cidade, toma-se aqui o espaço como essa realidade sócio-espaço-temporal onde o jornalista se movimenta na vida cotidiana para produzir o conhecimento próprio do jornalismo.

Lefebvre desenvolve o método regressivo-progressivo em dois artigos, publicados em 1949 e em 1953, para refletir sobre a realidade social do mundo rural francês nos anos 40 e 50 do século XX, tendo elaborado tese doutoral em sociologia rural sobre uma aldeia nos Pireneus franceses. No artigo de 1953, ele afirma que a realidade camponesa tem uma dupla complexidade: *horizontal* – nas formações e estruturas agrárias da mesma época histórica manifestam-se diferenças essenciais – e *vertical* ou *histórica* – a coexistência de formações de épocas e datas diferentes. As duas complexidades, afirma o autor, “(...) entrecruzam-se, recortam-se e agem uma sobre a outra. De onde um emaranhado de fatos, que apenas uma boa *metodologia* pode desembaraçar” (LEFEBVRE, 1986b, p. 166, com grifo no original).

O método que Lefebvre propõe corresponde a três momentos da pesquisa. O primeiro é o momento *descritivo*, que é de observação munida da experiência ou de uma teoria geral, em que o pesquisador, no local da pesquisa, utiliza técnicas como entrevistas, questionários, estatísticas, compondo uma observação participante. O segundo é o momento *analítico-regressivo*, em que se dá a análise da realidade descrita para datá-la com precisão. O terceiro é o *histórico-genético*, com o estudo das modificações da estrutura previamente datada, causadas pelo desenvolvimento ulterior interno ou externo e por sua subordinação às estruturas do conjunto, esforço, diz Lefebvre, “(...) para retornar ao atual anteriormente descrito para reencontrar o presente, porém elucidado, compreendido: *explicado*” (LEFEBVRE, 1986b, p. 173, com grifo no original).

Essa construção teórica de Lefebvre aparece do reencontro, em Marx, da noção de formação econômico-social e da indicação de que “(...) as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade”, e

que na realidade “coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro”, conforme Martins (1996, p. 99-100). No centro deste reencontro, afirma Martins, está o método dialético, que combina os momentos do método de investigação e do método de explicação, sintetizando um modo de pensar e uma prática, isto é, “(...) um projeto na práxis que define o trajeto de uma vida” (MARTINS, 1996, p. 98).

Martins afirma que, na dupla complexidade da vida social, a complexidade horizontal pode e deve ser reconhecida na descrição do visível a partir de um olhar teoricamente informado e, na complexidade vertical, o esforço é para analisar, decompor e datar a realidade, de “(...) modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas” (MARTINS, 1996, p. 105).

O método regressivo-progressivo está relacionado à teoria da formação social do espaço de Lefebvre (2013), que identifica três momentos da produção do espaço: a material (o espaço percebido), a de conhecimento (o espaço concebido) e a de significados (o espaço vivido). Com o método de Lefebvre, afirma Martins, “(...) é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais” (MARTINS, 1996, p. 106). Ao contrário, afirma o autor, nelas é possível descobrir contradições não resolvidas, alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas, porque “(...) é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado (MARTINS, 1996, p. 106).

Martins afirma que o método de Lefebvre implica o domínio de disciplinas como a sociologia, a antropologia, a história, a economia, a geografia, a estatística etc, para a reconstituição da realidade não ser prisioneira da impossibilidade de datação de seus diferentes componentes e do pressuposto da homogeneidade do tempo de data única (MARTINS, 1996, p. 105).

No caminho para fazer a mediação entre o método de Lefebvre e a

teoria e prática jornalísticas, um indicador foi o artigo da professora e pesquisadora Fraya Frehse intitulado “Potencialidades do método regressivo-progressivo: Pensar a cidade, pensar a história” (2001). Nele, a autora explora como o desencontro de temporalidades ligadas ao tradicional e ao moderno concorre para a dinâmica de urbanização na cidade de São Paulo (Brasil) no último quartel do século XIX. A base da pesquisa são três jornais diários paulistanos da época. É nos discursos jornalísticos que a autora encontra a possibilidade de perceber a relação entre tempo histórico, espaço e vida cotidiana naquela realidade histórica.

No jornalismo, a mediação se ancora na teoria marxista de jornalismo de Adelmo Genro Filho (1989), que compreende o conhecimento como práxis – uma atividade de mútua produção entre sujeito e objeto – e a realidade social como totalidade. Para construir sua teoria do jornalismo, Genro Filho se alicerça nas categorias filosóficas do singular, particular e universal erigidas por G. Hegel e usadas na teoria de G. Lukács sobre a arte. Sustentando-se nesses autores, Genro Filho acentua que existe uma relação dialética entre as três categorias (singular, particular e universal). Cada um dos conceitos expressa as diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si as demais.

O aparecimento histórico do jornalismo, para o autor, “[...] implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 160). Em termos mais concretos, o aspecto central do jornalismo como gênero de conhecimento é “(...) a apropriação do real pela via da *singularidade*, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (GENRO FILHO, 1989, p. 58, com grifo no original).

Um aspecto fundamental da teoria de Genro Filho é a relação que ela tem com a emergência do novo e a possibilidade que o jornalismo tem de apreendê-lo na linguagem articulando fatos singulares (únicos, irrepetíveis) às dimensões filosóficas do particular e do universal, aspi-

rando à totalidade. Na discussão sobre os fenômenos e acontecimentos que povoam o cotidiano, o autor ressalta que ambos “(...) precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se superpõem para que possamos manter uma determinada ‘abertura de sentido’ em relação a sua significação” (GENRO FILHO, 1989, p. 36). No jornalismo, isso implica perceber o novo na vida social e estar atento à sua irrupção na vida cotidiana.

Resumidamente, a teoria do autor refere-se ao jornalismo informativo e à sua unidade básica de significação, a *notícia*, e subverte a mais conhecida técnica de construção noticiosa, a chamada pirâmide invertida. A formulação desta técnica é que a notícia caminha do mais importante para o menos importante. O mais importante aparece na resposta a seis perguntas: quem? o quê? onde? quando? como? por quê? As respostas devem estar preferencialmente no *lead*, nome dado ao primeiro parágrafo da notícia.

Genro Filho toma o *lead* como “momento agudo, síntese evocativa da singularidade” (GENRO FILHO, 1989, p. 191), mas sob outro ângulo epistemológico. A notícia, na teoria de Genro Filho, não caminha do mais para o menos importante (da base para o cume da pirâmide), e sim do singular para o particular (do cume para a base). O *lead* fornece o epicentro que representa a reprodução sintética da singularidade da experiência individual, reproduzindo o fenômeno em sua manifestação empírica. Segundo o autor, não se trata, necessariamente, de relatar os fatos mais importantes seguidos dos menos importantes, e sim de um único fato “(...) tomado numa singularidade decrescente, isto é, com seus elementos constitutivos organizados nessa ordem, tal como acontece com a percepção individual na vivência imediata” (GENRO FILHO, 1989, p. 196).

Genro Filho afirma que, na *reportagem*, a particularidade, enquanto categoria epistemológica, assume uma relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular, epicentro da *notícia*: “A reportagem não nega a preponderância da singularidade no jornalismo em geral, mas implica um gênero no qual se eleva do singular uma particularidade relativamente autônoma que coexiste com

ele” (GENRO FILHO, 1989, p. 199). Porém, para o presente ensaio, interessa reter, do autor, a ideia de que não basta, no processo de mediação jornalística, limitar-se a ininterruptamente noticiar fatos sem inseri-los na totalidade dos fenômenos dos quais fazem parte e que os explicam. Na obra de Lefebvre, a totalidade é definida como “(...) unidade e multiplicidade inextricavelmente ligadas, constituindo um conjunto ou um todo” (LEFEBVRE, 2011, p. 106).

A totalidade, afirma Lefebvre, abarca a natureza e seu devenir, o homem e sua história, sua consciência, ideias e ideologias: “Ela se determina como ‘esfera de esferas’, totalidade infinita de totalidades cambiantes, parciais, implicando-se reciprocamente em profundidade, nos e pelos conflitos mesmos” (LEFEBVRE, 2011, p. 121). No limite, acrescenta, a totalidade do conhecimento coincidiria com a totalidade do universo (LEFEBVRE, 2011, p. 121).

Outro autor no qual busco a mediação entre o método de Lefebvre e a prática do jornalismo é Marcos Faerman, jornalista brasileiro, repórter, editor, administrador cultural e professor. Ele viveu grande parte de sua trajetória profissional durante a ditadura militar que tomou o Brasil em 1964, e participou, como criador, editor e repórter, de importantes publicações da imprensa alternativa, um extraordinário espaço de resistência ao regime autoritário. Escreveu mais de 800 reportagens para o *Jornal da Tarde* durante 24 anos, parte delas reunida em um de seus livros, intitulado “Com as mãos sujas de sangue” (1979). Faerman conseguiu trazer para o jornalismo que praticava um movimento, comum a outras artes, que Lefebvre nomeia ato poético, prática criadora, inclusive por sua capacidade de ver esse mesmo movimento no outro, nas vidas sobre as quais falava em seus textos.

Em artigo sobre a história da reportagem, Faerman cita o jornalista argentino Rodolfo Walsh, com o qual concorda ao afirmar que cabe ao repórter a “reconstrução dos fatos” (FAERMAN, 1981, p. 4). Ele menciona a necessidade de um olhar “vertical” e “horizontal” sobre a reportagem e critica o jornalismo e o repórter brasileiro, que é “pragmático e empírico”, preso a dogmas e discursos incapazes de compreender a complexidade do real (FAERMAN, 1981, p. 4). Para Faer-

man, o ofício de repórter implica envolvimento com realidades muito complexas, exigindo, ainda que não seja fácil, o saber essencial de muitas ciências (FAERMAN, 1981, p. 10).

A partir desse conjunto de autores, vejo o método regressivo-progressivo de Lefebvre capaz de constituir um método de reportagem a serviço do jornalismo efetivamente comprometido com a emancipação humana e a transformação social. O repórter vai ao “local” da reportagem munido de uma teoria geral, uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história (GENRO FILHO, 1989, p. 163), assim como de um saber e um fazer específicos do jornalismo. Entre eles está a apuração, nome dado ao conjunto de práticas e procedimentos usados pelos jornalistas para captar e checar informações e compor a matéria jornalística (SILVA, p. 31). O repórter observa, faz entrevistas, pesquisa, confronta dados. É o momento de descrição do visível. No segundo momento, o *analítico-regressivo*, ele analisa a complexidade vertical da realidade descrita, buscando compreender a historicidade dos processos sociais observados, onde coexistem relações sociais que têm datas desiguais. No terceiro momento, o *histórico-genético*, ele combina coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas, como explica Martins ao analisar o método de Lefebvre (MARTINS, 1996, p. 105). Com isso, reencontra o presente, o vivido, devidamente elucidado, explicado, assim reconstruindo o fato no texto.

Diferentemente do que ocorre em uma pesquisa acadêmica, mais longa em tempo e apresentação de resultados, na reportagem os três momentos se entrelaçam em um fazer de dias ou semanas, exigindo do jornalista, como dizia Marcos Faerman, o domínio do saber essencial de muitas disciplinas. O fato é que o repórter, assim como o pesquisador, também combina os momentos do método de pesquisa e de exposição em Marx em sua própria práxis.

Um exemplo desse movimento aparece em uma reportagem de 46 parágrafos curtos publicada na *BBC News Brasil* em 22 de setembro de 2023 e intitulada “Balneário Camboriú: avaliada em milhões, última casinha de madeira de praia será demolida”. Nela, a repórter discorre

sobre a especulação imobiliária na cidade com o metro quadrado mais caro do Brasil a partir de um fato singular descrito no *lead*: “De frente para o mar, pintada de branca e com detalhes vermelhos, é possível avistar a última ‘casinha da avenida Atlântica’” (PORSCH, 22 set. 2023). A descrição da casa e da cidade é acompanhada por entrevistas que explicam as arquiteturas locais ao longo da história, os motivos da valorização imobiliária, as consequências sociais e ambientais e a resistência dos moradores para que outras praias não sigam o mesmo caminho. Com isso, a reportagem sobre a casinha que sobrevive em meio aos prédios que estão entre os maiores do mundo explicita uma realidade social onde convivem diferentes temporalidades, datadas e historicizadas pela repórter, a serviço da explicação do *boom* imobiliário do litoral de Santa Catarina.

Assim como este, outros exemplos mostram que refletir sobre o método regressivo-progressivo na construção da reportagem implica questionar a formação proporcionada pelos cursos de jornalismo. Lefebvre criticava as ciências parcelares por fragmentarem os fatos do cotidiano, e o ensino do jornalismo muitas vezes faz o mesmo ao se concentrar mais no ensino de técnicas e menos na compreensão crítica da realidade. Do mesmo modo, a presença do repórter no espaço vivido, na cidade viva, na rua, com seu corpo e seus sentidos, é cada vez mais rara diante do uso abusivo de tecnologias de informação e comunicação.

Lefebvre diz que é pela e através da linguagem que a ideologia entra nas consciências e as modela, e de nada adiantam os anseios de mudar a vida, mudar a cidade, se não houver a produção de um novo espaço e também de uma nova linguagem. Essa possibilidade se dá no e pelo espaço vivido, pelo mergulho do jornalismo na vida cotidiana, dela trazendo as práticas e falas criadoras, os fazeres humanos, a práxis inventiva de que falava Lefebvre. Ele dizia que tirar a máscara das coisas para revelar as relações sociais foi a grande conquista de Marx, a contribuição do pensamento marxista (2013, p. 137). Afirmamos que deve, também, fazer parte da teoria e da prática jornalísticas a partir de seu mergulho no espaço vivido, movimento ao qual o método

regressivo-progressivo tem muito a contribuir.

Referências

ABREU, Míriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis**. (Tese de Doutorado). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2019. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0134-T.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

FAERMAN, Marcos **Com as mãos sujas de sangue**. São Paulo: Global Editora, 1979.

FAERMAN, Marcos. **História da reportagem**. Texto não publicado escrito provavelmente em 1981 para um curso de 2 dias em uma Faculdade de Jornalismo de Minas Gerais e que o autor pretendia que se tornasse um livro.

FREHSE, Fraya. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. **Tempo Social**, 2001, 13(2), 169-184.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo, Porto Alegre: Tchê, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. Problemas de sociologia rural. 1ª edição 1949. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo, Hucitec, 1986a, p. 144-162.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas de sociologia rural. 1ª edição 1953. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo, Hucitec, 1986b, p. 163-177.

LEFEBVRE, Henri. La noción de totalidad en las ciencias sociales. **Telos**, 2011, v. 13, n. 1: enero-abril, pp. 105-124.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Espanha: Capitán Swing, 2013.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética

de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 13-23.

MARX, Karl. O método da economia política (Introdução). In: MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PORSCH, Thais. Balneário Camboriú: avaliada em milhões, última casinha de madeira de praia será demolida. **BBC News Brasil**, 22 set. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c88j218nzmgo>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SILVA, Terezinha. Os atos de escolha na apuração jornalística. In: SILVA, Gislene; VOGEL, Daisi; SILVA, Terezinha. **Apuração, redação e edição jornalística**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022, p. 31-41.

SOBRE A AUTORA

Miriam Santini de Abreu é doutora em Jornalismo (UFSC), mestre em Geografia (UFSC), especialista em Educação e Meio Ambiente (UDESC) e graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UNISINOS). Autora do livro “Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável” (EdUFSC, 2006) e organizadora dos livros “A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis”, “Território e texto: jornalismo ambiental em Santa Catarina” e “Jornalismo e comunicação sindical em Santa Catarina” (Revista Pobres & Nojentas; Letra Editorial, 2020, 2023 e 2024). Também organizou, com Laura Faerman, o livro “A atualidade da obra do jornalista Marcos Faerman” (Revista Pobres & Nojentas; Vu Produtora, 2023). É coeditora da Revista Pobres & Nojentas e pesquisa a Rua no Jornalismo. E-mail: misabreu70@gmail.com



**POBRES
& NOJENTAS**
2017

ISBN: 978-65-01-74591-6



CDL

9 786501 745916

